

A EDUCAÇÃO SOB A CRÍTICA DE FOUCAULT: EDUCAÇÃO POSITIVA E GOVERNAMENTALIDADE

EDUCATION UNDER FOUCAULT'S CRITICISM: THE POSITIVE EDUCATION AND GOVERNMENTALITY

Ademir Henrique Manfré¹

RESUMO

Este artigo trata do tema Educação Positiva e Governamentalidade. É resultado de elaborações teórico-conceituais desenvolvidas no âmbito da Filosofia da Educação. Teve como objetivo geral estudar a educação escolar sob a perspectiva governamental de Michel Foucault. Metodologicamente, realizou-se uma investigação bibliográfica no portal *scielo* sobre o tema no recorte temporal situado entre 2010 e 2021. Diante do exposto, partiu-se dos seguintes questionamentos: por qual motivo inserir a cultura do desempenho e da eficácia nas escolas? O que temos feitos de nós mesmos sob as formas de controle da vida? Concluiu-se que os pressupostos da Educação Positiva se traduzem no que Foucault chamou de Governamentalidade. Como forma de se contrapor a essa pedagogia, o artigo abordou a concepção de crítica em Foucault como tentativa de questionamento e de tensão aos processos de governamentalização presentes no campo da Educação.

Palavras-chave: Crítica; Governamentalidade; Educação Positiva.

12

ABSTRACT

This paper addresses the topic of Positive Education and Governmentality based on theoretic-conceptual elaborations developed in Education Philosophy. Its general objective is to study education from Michel Foucault's perspective. A bibliographic investigation was conducted on this topic between 2010 and 2021 using the scielo portal. The following questions guided this study: What are the reasons to introduce the performance and efficiency culture in schools? What have we made of ourselves under the control of forms of life? Conclusions included that the assumptions of Positive Education are translated into what Foucault called Governmentality. As a way to challenge this pedagogy, this paper also addresses Foucault's critical concept as an attempt to question and promote tension in the process of Governmentality that exists in the field of education.

Keywords: Criticism; Governmentality; Positive Education.

¹ Formado em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Presidente Prudente/SP. Psicanalista clínico pela Escola de Psicanálise de Curitiba. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Psicopedagogia Institucional. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Presidente Prudente/SP e Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Professor da Faculdade de Artes, Ciências, Letras e Educação – FACLEPP/UNOESTE e do PPGE da mesma instituição. E-mail: ademirmanfre@yahoo.com.br

1. APRESENTAÇÃO

O tema privilegiado neste artigo é Educação Positiva visando refletir sobre a relação entre governamentalidade e processos formativos à luz da filosofia foucaultiana. Conceitualmente, por Educação Positiva, entende-se a aplicação da Psicologia Positiva à Educação com o objetivo de fomentar a cultura do desempenho e da eficácia nas escolas, desenvolvendo, aperfeiçoando e aumentando a performance² individual. Teoricamente, a Educação Positiva visa “incrementar estratégias que previnam o insucesso escolar, ao mesmo tempo que se está a promover e a facilitar uma série de competências escolares, tais como a atenção e o desempenho cognitivo” (GONÇALVES, 2013, p. 11).

De acordo com alguns teóricos (CINTRA, 2016; KAMEI, 2010; PEDRO, 2017; GONÇALVES, 2013, entre outros), a Educação Positiva empenha-se em aplicar a Psicologia Positiva aos processos formativos escolares, visando o ensino de competências e de habilidades na preparação profissional dos indivíduos para o século 21, promovendo a satisfação e a melhoria dos resultados.

Os adeptos dessa proposta educacional afirmam que as diretrizes pedagógicas escolares não estão adequadas para atender às demandas formativas atuais, concebidas por abordagens que visam auxiliar a nova geração a lidar com desafios e a prosperar na sociedade em constante transformação. Por esse motivo, justificam que a escola necessita ser atraente, adotar novas abordagens formativas com eficiência e atratividade, a exemplo da Educação Positiva.

Desse modo, para que a proposta de Educação Positiva se efetive, é necessário desenvolver três princípios, pontuou Gonçalves (2013): 1. Promoção de habilidades essenciais (competitividade, resiliência, inovação, satisfação, para citar alguns) exigidas pelo mercado competitivo; 2. Fomentar os princípios da Psicologia Positiva (geração de persistência e resiliência, autorregulação diante dos desafios cotidianos, entre outros) e 3. treinamento, tanto na esfera pessoal como na profissional, contribuindo para o aumento e o aperfeiçoamento das

² Por performatividade, Ball (2010, p. 4) entendeu “uma tecnologia e um modo de regulação que se serve de críticas, comparações e exposições como meios de controle. Os desempenhos servem como medidas de produtividade e rendimentos, ou mostras de qualidade, ou ainda momentos de promoção e inspeção”.

competências e habilidades que os estudantes precisam desenvolver, aumentando a satisfação pessoal.

Nesse sentido, se faz necessária a revisão das metas educacionais, que devem passar a priorizar, além do aprendizado acadêmico tradicional, a educação social, emocional promovendo o bem-estar, as virtudes, preparando os jovens para se tornarem indivíduos realizados, habilidosos e cidadãos responsáveis (SELIGMAN, 2009, p. 39).

Para Seligman (2009), a escola que se apresenta hoje está obsoleta, uma vez que não atende às demandas exigidas pelo século 21. Contrariamente ao proposto por Seligman (2009), neste artigo defende-se a tese de que os princípios da Educação Positiva se associam ao dispositivo de governamentalidade desenvolvido por Foucault (2008a, 2008b).

Foucault (2008b) constatou o surgimento de uma nova mentalidade relacionada às formas de governo cujo objetivo é guiar os diversos tipos de conduta. Em outras palavras, houve a construção de um tipo de saber específico com o intuito de o Estado conhecer e gerenciar a população, controlando a realidade para melhor governá-la.

Para apresentar a tese, este artigo organiza-se em dois eixos analíticos. Primeiro, discutem-se os princípios da Educação Positiva e seus fundamentos, investigando a associação entre escola e artes de governo. Em seguida, a partir da leitura filosófica foucaultiana, dedica-se a apresentar a dimensão da crítica enquanto insubmissão voluntária e reflexão indócil.

2. EDUCAÇÃO POSITIVA: O DESEMPENHO COMO MODO DE VIDA

Na atualidade, a sociedade neoliberal exige a formação de um tipo de indivíduo que podemos conceituá-lo como sujeito do desempenho (HAN, 2017). No entendimento do filósofo coreano, a sociedade contemporânea configura-se como a sociedade da positividade “que resulta da superprodução, superdesempenho ou supercomunicação [...]” (HAN, 2017, p. 16). Exemplificando, pode-se citar o *slogan* da campanha eleitoral do ex-presidente norte-americano Barack Obama, em 2008: *Yes, We can*, que expressa iniciativa, motivação, desempenho, o “desejo de maximizar a produção” (HAN, 2017, p. 25).

Nessa configuração, o sujeito do desempenho é mais eficiente e produtivo. Além disso, é necessário que ele desenvolva a competência do aprender a empreender constantemente (PERRENOUD, 2000) traduzida como imperativo formativo. Em outras palavras, resiliente.

No entendimento de Han (2017), o contexto neoliberal é marcado pela meritocracia, pelas competências (racionais e socioemocionais) e pelas habilidades, instrumentalizando as pedagogias formativas. Ao promover e potencializar determinadas competências e habilidades, é possível que as exigências requeridas pela sociedade atual repercutam na aprendizagem dos indivíduos, gerando impactos positivos na sociedade do desempenho, justificam seus defensores. É nesse contexto que entra a Educação Positiva.

3. A EDUCAÇÃO POSITIVA COMO IMPERATIVO FORMATIVO

A expressão Educação Positiva aparece pela primeira vez em 2008 em um encontro entre o psicólogo norte-americano Martin Seligman e membros da *Geelon Grammar School* (GGS), instituição escolar australiana (PALUDO; KOLLER, 2007).

Na literatura científica, o termo surge pela primeira vez em 2009 no artigo *Positive Education: positive psychology na classroom interventions*, de autoria de Seligman (2009). Este, pontuou que a educação deve ser dirigida à formação de competências e de habilidades, impulsionando o desempenho individual.

A Educação Positiva pode ser definida, de modo geral, com a Psicologia Positiva aplicada à Educação, preconizando que as habilidades para o bem-estar podem e devem ser ensinadas nas escolas junto às tradicionais habilidades para a qualificação e realização profissional (SELIGMAN, 2009, p. 22).

Em outras palavras, a Educação Positiva é entendida como abordagem teórica e aplicada que tem fundamentos na Psicologia Positiva. De acordo com Cintra (2016, p. 50), as publicações sobre Psicologia Positiva na literatura internacional são poucas, tendo os EUA concentrando a maioria das publicações (54,5%). No contexto brasileiro, o estado da arte sobre Psicologia Positiva ainda é pequeno comparado a outras áreas da Psicologia.

Apenas para ilustrar, o primeiro livro escrito por brasileiros intitulou-se “Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção”, organizado pelos autores Dell’Aglío, Koller e Maria Ângela Yunes, no ano de 2006.

Já o primeiro artigo sobre Psicologia Positiva apareceu em 2003 escrito pela professora Maria Ângela Yunes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulado “Psicologia Positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família”.

É necessário acrescentar que os estudos sobre Psicologia Positiva embasam não apenas a Educação, mas também a Economia, a Administração, a Política, a Comunicação Social, entre outros.

Assinala-se que a Psicologia Positiva pretende contribuir para o florescimento e o funcionamento saudável das pessoas, grupos e instituições, preocupando-se em fortalecer competências e iniciativa, além da adaptabilidade e resistência à frustração (PALUDO; KOLLER, 2007, p. 9).

As discussões sobre Psicologia Positiva surgiram no ano de 1998, nos EUA, por iniciativa do psicólogo Martim Seligman (KAMEI, 2010). Para o estudioso, a Psicologia Positiva pauta-se em três pilares: a) o estudo da emoção positiva; b) o reforçamento de qualidades positivas, incluindo habilidades e competências, e c) a promoção das chamadas instituições positivas, como a Educação, por exemplo, responsável por fomentar e aplicar diretrizes educativas que promovam o sucesso dos estudantes. Quando tratadas no campo educacional, as intervenções da Psicologia Positiva são colocadas em prática a partir de programas pedagógicos específicos.

Podem ser realizados os chamados programas de desenvolvimento positivo, que são intervenções mais amplas com o foco na construção de qualidades positivas de jovens e crianças, bem como na promoção de aspectos positivos do desenvolvimento (PUREZA et al, 2012, p. 115).

Como exemplo, citamos o *Penn Resiliency Program* (PRP), que surgiu no Instituto de Psicologia Positiva da Universidade da Pensilvânia, nos EUA, voltado ao público infantil e adolescente. É utilizado desde os anos 1990 em instituições educacionais de diferentes países (GRAZIANO, 2005). O objetivo do programa é desenvolver atividades que promovam as habilidades sociais e emocionais, além de um conjunto de competências consideradas

essenciais para o indivíduo sobreviver na sociedade do século 21, tendo como palavra-chave “resolução de problemas” (CINTRA, 2016, p. 26).

Criado em 2003, o *Strath Haven Positive Psychology Curriculum* – outro programa utilizado nas escolas dos EUA, também desenvolvido pelo Instituto de Psicologia Positiva da Universidade da Pensilvânia, consiste em promover a redução do sentimento de impotência dos estudantes, alavancando habilidades, tais como engajamento, resiliência, propósitos pessoais, sociais e a realização profissional (SELIGMAN, 2002).

Segundo Seligman (2009, p. 79), “esses dois programas fornecem suportes para o ensino nas escolas, indicando eficácias na redução do sentimento de impotência e aumento do otimismo”. Outros programas de Educação Positiva ganharam destaque nos últimos anos, tais como *Making Hope Happen for kids*, o *Strengths Gym* e o *Prosper* (PUREZA et al, 2012).

Pelo exposto até o presente momento, nota-se que a Educação Positiva pauta-se em fundamentos e princípios da Psicologia Positiva, objetivando, a partir de intervenções e programas estruturados, fomentar o domínio de habilidades pessoais e profissionais consideradas essenciais na contemporaneidade. Assim, “o treinamento de professores incentiva-os na vivência da Psicologia Positiva, tanto na esfera profissional como na pessoal” (CINTRA, 2016, p. 28).

Nos programas utilizados pela Educação Positiva, vários domínios educacionais (considerados centrais no desenvolvimento de competências e de habilidades individuais) são mencionados por Seligman (2009). Destacam-se cinco: 1. Engajamento, 2. Relacionamentos, 3. Realização, 4. Propósito e 5. Emoções.

O engajamento é um tipo de domínio que solicita do indivíduo a aquisição de aptidões para o desenvolvimento de atividades profissionais de forma satisfatória. Consiste em “ajudar estudantes a experienciar a completa imersão nas atividades por meio da compreensão da natureza do engajamento e dos caminhos para alcançar tal imersão” (CINTRA, 2016, p. 30).

No que se refere ao domínio dos relacionamentos, a ideia é desenvolver relações positivas e engajadas para alcançar os objetivos propostos, focando na promoção de potenciais cognitivos e sociais.

O domínio da realização engloba o encorajamento e permite o estabelecimento de metas profissionais que “sejam recompensadoras para si e que, além disso, tragam benefícios para outras pessoas e para a comunidade como um todo” (CINTRA, 2016, p. 31).

O propósito envolve o comprometimento do indivíduo com metas, desenvolvendo estratégias para alcançá-las, engajando “conscientemente em atividades para os benefícios próprios” (SELIGMAN, 2002, p. 56).

Por fim, o domínio da emoção pretende proporcionar aos indivíduos, no caso professores e alunos, a obtenção de saberes que os auxiliem no desenvolvimento da resiliência diante dos problemas que surgem cotidianamente.

Assim, professores e demais funcionários aprendem sobre Psicologia Positiva em treinamentos regulares e são incentivados a viver os princípios da Educação Positiva e expressá-los em suas ações e interações entre si e com os estudantes (CINTRA, 2016, p. 32).

Gonçalves (2013), defensora da aplicação da Educação Positiva nos processos formativos, afirmou que a Educação deve potencializar os pontos fortes de cada estudante, incentivando o “protagonismo” e a capacidade de vencer as adversidades ao gerir emoções. Esse fato, de acordo com Gonçalves (2013), produz efeitos positivos no processo de ensino e de aprendizagem e também na relação professor e estudante, repercutindo significativamente na preparação dos envolvidos diante das demandas postas pelo século 21.

Como exemplo, a revista científica *American Psychologist* publicou, em 2000, uma edição reconhecendo a importância da Psicologia Positiva enquanto fundamento da Educação Positiva. Nove anos mais tarde, foi publicado o “Livro da Psicologia Positiva nas escolas”, que apresentou 32 capítulos relatando as experiências sobre a aplicação da Psicologia Positiva nos processos formativos escolares. Nesse, foram discutidas quais estratégias a educação deve adotar para gerar comportamentos autorregulatórios, eficientes, empreendedores, fomentando a educação estratégica para crianças e adolescentes.

Tendo como referência as experiências americanas, o Ministério da Educação do Brasil implementou, em março de 2010, a configuração das novas escolas para o século 21, “as escolas positivas, nas quais se pretende melhorar competências, tais como criatividade, inovação, compreensão das mudanças culturais e a resiliência” (GONÇALVES, 2013, p. 10).

A partir dessa implementação, no Brasil, passou-se a desenvolver os chamados “programas de desenvolvimento positivo” (PUREZA et al, 2012) entendidos como produção de qualidades educativas almejadas pela sociedade atual, bem como pela geração de aspectos positivos do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Não é por acaso que os defensores da Educação Positiva afirmam que o investimento no ensino de competências (racionais e socioemocionais) e habilidades são capazes de gerar, também, o bem-estar psicológico.

Outra defesa dos adeptos da Educação Positiva nas escolas refere-se ao fato de que o bom nível de bem-estar dos estudantes gera, no futuro, um elevado nível produtivo na cadeia mercadológica, pois “aprendem de forma eficaz, trabalham de maneira produtiva, têm melhores relações sociais, são mais propensos a contribuir para a sua comunidade, e têm melhor saúde e expectativa de vida” (CINTRA, 2016, p. 22).

O que é necessário para implantar a Educação Positiva nas escolas? Seligman (2009) apresenta alguns elementos: competências para gerar resiliência; emoção positiva para gerar a promoção de pontos fortes nos indivíduos; criatividade para permitir que o indivíduo seja incluído na lista de favoritos para o mercado competitivo, entre outros fatores.

Garcês, Pocinho e Jesus (2018) apresentaram alguns caminhos na aplicação da Educação Positiva nas escolas: a) os estudantes crescem nas relações sociais quando aprendem novas competências e habilidades, b) os funcionários são mais valorizados ao desenvolverem a positividade emocional e cognitiva nas relações educacionais cotidianas, gerando conforto e resiliência, c) os professores sentem-se mais confiantes quando ensinam competências e habilidades importantes para os estudantes desenvolverem potencialidades profissionais, d) os membros da comunidade escolar sentem-se mais integrados aos projetos de Educação Positiva ao promoverem emoções positivas. E o mais ressaltado pelos autores: “estratégia e gestão, é necessário definir muito bem os papéis e as responsabilidades, a aplicação de estratégias de

bem-estar se coaduna com as políticas educativas da escola” (GARCÊS; POCINHO; JESUS, 2018, p. 59).

Nesse contexto da Educação Positiva, palavras como meritocracia e resiliência são as mais difundidas. Pelo exposto, não existem limites para ampliar o desempenho. O indivíduo sempre deverá especializar-se, ser produtivo e empreendedor, pois “com esse pensamento amplamente difundido na sociedade, o sujeito incorpora-o, transformando-se em um sujeito de desempenho, cujo soberano e o escravo é ele próprio” (VASCONCELOS, 2019, p. 24).

Diante dessas considerações, é possível afirmar que a Educação Positiva reflete o modelo de educação que se prioriza na atualidade, segundo seus defensores, fundado em: engajamento, comprometimento, realização profissional, propósito de vida e crescimento pessoal e profissional.

Ora, se tomarmos as considerações tecidas por Perrenoud (2000) em “Dez novas competências para se ensinar”, nota-se que as dimensões formativas da Educação Positiva alinham-se ao estudo que o sociólogo desenvolveu sobre o aprimoramento do desempenho dos indivíduos na sociedade contemporânea.

Em outras palavras, assim como uma empresa, a formação escolar passou a ser administrada por princípios pautados pelo gerenciamento de competências e de habilidades. Logo, características como atualização constante, produtividade, inovação passam a ser requeridas pelas escolas da atualidade.

Ou seja, o slogan *Yes, we can* citado anteriormente, funciona como performance requerida pela sociedade do desempenho. Aqui, protagonismo passou a ser sinônimo de desempenho. Diante do exposto, a reflexão sobre esse debate se faz necessária, uma vez que faz pensar sobre modos de agir na sociedade contemporânea marcada pelo discurso empreendedor, pela vida ativa e pelas performances requeridas pelo século 21.

De certo modo, acredita-se que os imperativos empreendedores de si, educação positiva, resiliência, protagonismo, desempenho incidem na possível produtividade dos indivíduos (SELIGMAN, 2009). Parafraçando Han (2017), a sociedade atual não é mais a sociedade da

disciplina discutida por Foucault. Seus sujeitos não são mais os da obediência, mas sim os do desempenho e da produção exacerbada, produção material e subjetiva. O protagonismo, o desempenho, a produtividade e as competências passam a povoar não apenas o campo profissional, mas o intelectual, o emocional, o corporal e o psíquico. De acordo com Marques (2020, p. 95), o sujeito preconizado pela Educação Positiva “é multitarefas: estar sempre à disposição, ser saudável, consumir culturas, estimular a criatividade, ser empreendedor de si”.

A Educação Positiva, na concepção de Han (2017), manifesta-se nos programas educativos performativos (Base Nacional Comum Curricular, Educação a distância, tecnicismo educacional, a Lei que instituiu o “novo” ensino médio – Lei nº 9394/96), nas didáticas estabelecidas para alcançar maior produtividade, no protagonismo individual manifestado no desempenho, em metas pessoais estabelecidas a partir de Projetos de Vida. Esses fatos reduzem a capacidade de refletir, de ressignificar o que se passa.

Tendo em vista que a educação se tornou um espaço governado pela busca desenfreada do sucesso profissional – engajamento, comprometimento, realização pessoal e profissional – elementos presentes na pedagogia da Educação Positiva – pretende-se desenvolver, em outras bases, reflexões no âmbito da crítica foucaultiana aos dispositivos que orientam a formação escolar contemporânea. Na análise proposta, identifica-se Educação Positiva ao dispositivo da governamentalidade, visto que a “escola contemporânea toma o corpo e a vida das crianças como matéria farta para intervenções operacionalizadas a partir das novas figuras do governo” (CESAR, 2010, p. 232).

4. EDUCAÇÃO POSITIVA COMO DISPOSITIVO DA GOVERNAMENTALIDADE

No curso “Nascimento da Biopolítica”, Foucault (2008a) analisou a Teoria do Capital Humano. Na compreensão do filósofo, esse capital é entendido como tudo aquilo que é passível de produzir algum tipo de rendimento. Desse ponto de vista, o desenvolvimento do capital liga-se à implementação e ao gerenciamento de novas performances, pois o indivíduo contemporâneo “procura, sobretudo, trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332).

No curso “Segurança, território e população”, Foucault (2008b) estabeleceu que a arte de governar ultrapassou a ideia de gerir o território, passando a significar também o gerenciamento das condutas dos indivíduos e grupos. A governamentalidade refere-se ao:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

Dito de outro modo, muito mais do que administrar um território ou um Estado, governar ganha a interpretação ético-política ao modo como os indivíduos são manipulados e como eles se conduzem. Na genealogia do governo, o poder pastoral configura-se como a entrada de Foucault (2008b) nas discussões sobre governamentalidade. Em outras palavras, já no poder pastoral, havia uma relação de poder cujo objetivo principal era a busca pela melhor maneira de guiar e governar os homens.

Na Modernidade, a condução das condutas ganha pluralidade de objetivos: controle da natalidade, da mortalidade, da proliferação de doenças, da educação dos indivíduos, tudo de acordo com objetivos neoliberais. Essa nova mentalidade, quanto às formas de governo, fez proliferar um conjunto de saberes, precisos e sistematizados, sobre a população. Esses saberes são formas encontradas pelo Estado para melhor conhecer a população a ser governada, gerindo-a da melhor forma possível: a Estatística, a Medicina, a Psicologia, a Biologia, a Economia, a Sociologia, entre outras. Dito de outra maneira, “o ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios. Pode chamar-se a isto o governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 89).

A noção de governamentalidade apresentada por Foucault (2008b) desenvolve-se por intermédio de redes e práticas governamentais individualizantes e totalizantes. Relacionado ao campo educativo, esse conceito é de suma importância, uma vez que a escola, ao invés de ser vista como espaço que se constrói, que se ensina e que se experiencia conteúdos específicos, é entendida como instituição encarregada de produzir novas subjetividades alinhadas ao contexto neoliberal.

Desse ponto de vista, a instituição educativa atua como um dispositivo com a função de dizer o que pode ser feito ou pensado. Por esse prisma, cria-se a ideia de que é necessário incluir, na formação dos estudantes, pedagogias ajustadas aos padrões eleitos pelos saberes dominantes, a exemplo da Educação Positiva.

A primeira consequência diz respeito à inequívoca associação da escola com as estratégias de governo. Pela escola passam os indivíduos que são formados, desde cedo, para equivaler-se a uma multiplicidade qualquer, por derivação dos repertórios dos focos de experiências ali consolidados. Mais do que pensar em juízo de valor, trata-se de conceber o inequívoco entre as verdades que são ensinadas, disponibilizadas, convocadas e justificadas de modo prático, para que os sujeitos da educação façam certo sentido às estratégias globais de governamentalidade, por exemplo: obediência, utilidade, normalização, respeito às distribuições e às hierarquias sociais, escanção de competências, jogo meritório de inclusão e de exclusão, jogo retributivo comportamental, competências adquiridas e acessos a conjuntos específicos de saberes (CARVALHO, 2014, p. 107).

A lógica da Educação Positiva, que tem na Psicologia Positiva seus fundamentos, constitui-se como modelo ideal do autogoverno. Trata-se do assujeitamento dos corpos às técnicas de governamentalidade (SANTOS, 2009). Com a nova governamentalidade, fica explícita a noção de administração de pessoas e de coisas.

Esta nova tecnologia de governo presente na sociedade atual faz com que a escola, enquanto máquina de governamentalidade esteja cada vez mais preocupada em formar sujeitos que saibam conduzir a si mesmos. Em suma, a escola atua como uma maquinaria encarregada de preparar competências que orientem os futuros sujeitos clientes a atuarem num mundo marcado pelo mercado e pela competição (OLIVEIRA; VALEIRÃO, 2013, p. 575).

O debate sobre Educação Positiva adentra na escola e exige dela a produção de novas formas de governamentalidade. Assim, os imperativos dessa educação (ser produtivo, resiliente, aprender a empreender, para citar alguns) produzem comportamentos submissos ao longo das experiências dos indivíduos na escola. Todo esse processo é realizado sem crítica, marca da governamentalidade dos corpos dóceis.

A partir da leitura foucaultiana, podemos inferir que os dispositivos educacionais – a exemplo da Educação Positiva – atingem os corpos para regulá-los, para torná-los dóceis, ou seja, formar indivíduos economicamente produtivos e politicamente submissos.

Sob esse cenário, pensar a Educação na perspectiva foucaultiana implica adentrar no problema da condução, da governamentalidade, dos dispositivos que a constituem (GALLO, 2017).

O que fica nítido nesse pensamento é a formação de modelos de educação que a modernidade possibilitou surgir e, com ela, o modo como a Pedagogia se instrumentalizou de dispositivos para constituir subjetividades em que “[...] os modos de subjetivação são precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 408).

[...] a escola funciona como operador de pedagogização, pois reúne a capacidade de habilitar com recursos educacionais básicos a criança e o jovem, com a capacidade de fornecer os mecanismos e instrumentos pedagógicos que asseguram obediência, responsabilidade, prontidão, docilidade, adaptabilidade (ARAÚJO, 2002, p. 78).

Diante da amplitude que caracteriza a temática, nota-se que a tarefa de problematizar a contemporaneidade implica compreendê-la em seus modos de subjetivação que caracterizam os sujeitos nas suas múltiplas relações. Chama-se a atenção para a problematização do presente diante das relações permeadas por poderes e saberes oriundos da pedagogia que privilegia a produção de corpos dóceis. Em Foucault (2008b, p. 89), a filosofia oportuniza ao sujeito a possibilidade de problematizar criticamente a realidade, uma vez que o “problema do governo das crianças é o grande problema da pedagogia tal como ela aparece e se desenvolve ao menos desde o século XVI”. A crítica é chamada em primeira mão a interrogar, a provocar interrupções diante dos excessos de governamentalidade que atingem a condução das condutas dos indivíduos no contexto da Educação Positiva.

5. ATITUDE CRÍTICA ENQUANTO RESISTÊNCIA AOS MODOS DE GOVERNAMENTALIZAÇÃO DA VIDA

O que temos feito de nós mesmos sob as formas de controle e adestramento da vida? Como resistir? Com esses questionamentos, iniciamos a reflexão sobre as formas como Foucault concebia a filosofia enquanto modo de vida. Para isso, o filósofo tomou a crítica para questionar as verdades, as formas de dominação e os efeitos que elas têm sobre nós.

No ano de 1978, logo após dedicar estudos sobre contracondutas pastorais no período medieval, Foucault pronunciou a conferência “O que é crítica”. O pensador se propôs a

desenvolver a genealogia da atitude crítica que, enquanto atitude, é originária das contracondutas pastorais. Dito de outro modo, as contracondutas “são movimentos que procuram escapar da conduta dos outros, que procuram definir a cada um a maneira de se conduzir” (FOUCAULT, 1999, p. 256).

A contraconduta, como mencionado, é a busca de outra conduta, de ser conduzido e conduzir-se de forma diferente “no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (FOUCAULT, 2008b, 266).

Pelo exposto, a proposta argumentativa foucaultiana, no contexto da governamentalização neoliberal, adentra na ideia central de como não ser governado de tal maneira. Em Foucault (1999, p. 35): “[...] a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se outorga o direito de interrogar a verdade sobre os seus efeitos de poder. A crítica seria assim a arte da insubmissão voluntária, a da indocilidade refletida”. A perspectiva crítica foucaultiana que adotamos para analisar as propostas de formação baseadas na Psicologia Positiva consiste na recusa de os indivíduos se deixarem conduzir de determinada maneira.

A atitude crítica não é só a descrição de um evento desencadeado em determinado momento histórico pelos indivíduos em oposição às múltiplas formas de tutorias pedagógicas, pastorais promovidas pela arte de governar. Em Foucault, a atitude crítica é também uma forma de atenção voltada para si mesmo, uma maneira de pensar e agir definida pela permanente atitude crítica diante das formas de dominação e subjetivação ligadas à governamentalidade política (SILVA, 2016, p. 115).

É uma maneira de resistência às diferentes formas de dominação, principalmente em um contexto marcado pela intensificação das formas de governar, de gerenciar a vida. De modo geral, pode-se considerar que a atitude crítica surge da preocupação de Foucault (1999) com o tema das práticas de condução das condutas.

Assim,

Em contraposição à diversificada tecnologia de governo desenvolvida pela sociedade ocidental, Foucault propõe a insurgência de uma reflexão crítica que questiona estruturas de racionalidade sobre seus efeitos de dominação e normatização (FURTADO, 2015, p. 229).

No contexto da argumentação foucaultiana, nota-se que a crítica significa o querer não ser governado desse modo, revelando o modo efetivo como os indivíduos são assujeitados (GADELHA, 2009). Em outras palavras, a atitude crítica remonta à altivez do sujeito, possibilitando o questionamento das normas. “E isso não se faz sem a crítica, que é precisamente a forma pela qual podemos questionar como a escola governa e produz sentido à vida” (CARVALHO, 2014, p. 110).

No debate sobre a formação escolar proposta pela Educação Positiva, estabelece-se o dispositivo de conduta fundado em valores governamentais que trouxe o excesso de condução das condutas. Pelo exposto, os indivíduos são atravessados por experiências cujos objetivos são sujeitá-los por intermédio de técnicas de governo que os impelem de pensar e de experienciar.

“A escola precisa aprender a desgovernar-se, de todo modo” (CARVALHO, 2014, p. 116). A contribuição de Foucault (1999) consiste em colocar a crítica como prática em que refletimos sobre os modos de vida outros. De modo velado, nota-se que a contraconduta foucaultiana é manifestada através da própria reflexividade que toma para si a viabilidade para a formação.

Barros (2019, p. 17) anotou que Foucault entendeu a crítica enquanto possibilidade de resistência à governamentalidade neoliberal,

Partindo desse prisma, podemos encarar as contracondutas atuais como lutas de desassujeitamento, lutas contra o excesso de governo alheio, uma luta pela prevalência do governo que o sujeito exerce sobre si mesmo e pela criação de novas formas de subjetividade.

No debate sobre Educação Positiva, observou-se o quanto a possibilidade de atitude crítica fica sonogada, uma vez que não é permitido pensar de outro modo. Apenas o governo de si e dos outros é fomentado. Desse modo, ao tomarmos o ensaio “O que é crítica” propomos pensar em bases outras o modo como o indivíduo relaciona-se consigo e com os outros, que não pelos imperativos do desempenho, mas enquanto possibilidade de abrir um campo filosófico reflexivo como problematização de si mesmo. A autonomia que decorre da atitude crítica não ocorre fora das relações de poder. Entretanto, ao promover a transformação dos

mecanismos de dominação, a atitude crítica insere nos indivíduos a condição de fazerem uso de seu entendimento, concebeu Foucault (1999).

Foucault (1999) entendeu a atitude crítica enquanto contraponto ao processo histórico das artes do governo de si, ou seja, como “maneira de desconfiar delas, de recusá-las, de limitá-las, de encontrar uma justa medida, de transformá-las, de procurar escapar” (ANASTASIO, 2017, p. 125).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o tema Educação Positiva e governamentalidade. Ressaltou-se que a Educação Positiva incorpora os princípios da Psicologia Positiva aos processos educativos formativos. Debateu-se que a Educação Positiva visa aplicar a Psicologia Positiva à Educação a partir da perspectiva do desempenho com o discurso da adequação dos indivíduos aos novos tempos, promovendo a satisfação individual e a melhoria dos resultados.

Assim, pontuou-se que, para que a proposta de Educação Positiva se efetive, é necessário desenvolver três princípios: 1. Preparar professores e estudantes de acordo com as performances exigidas pelo mundo do trabalho. 2. A formação escolar necessita amparar-se nos princípios da Psicologia Positiva e 3. Professores necessitam ser treinados tanto na esfera pessoal quanto na profissional, contribuindo para o aumento e o aperfeiçoamento das competências e habilidades que os estudantes precisam desenvolver.

Associou-se os princípios da Educação Positiva ao conceito de governamentalidade proposto por Foucault (2008b), traduzido como um conjunto de saberes e práticas de assujeitamento dos corpos às técnicas de governamentalização. Trata-se da administração de pessoas e coisas. Conclui-se que o debate sobre Educação Positiva administra a escola, e exige dela a produção de novas formas de saberes.

Embasados na leitura foucaultiana, inferiu-se que os dispositivos educacionais – a exemplo da Psicologia Positiva enquanto fundamento da Educação Positiva – atingem os corpos dos indivíduos para regulá-los, para torná-los dóceis, ou seja, formar indivíduos economicamente produtivos e politicamente submissos.

Com a pergunta “o que temos feito de nós mesmos sob as formas de controle da vida”? iniciou-se a reflexão sobre como podemos pensar outros modos de vida. Para isso, tomamos o conceito de crítica para questionar as formas de dominação e os efeitos que elas têm sobre nós, pois “[...] a crítica é a arte da insubmissão voluntária” (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Nesse debate, ressaltou-se que a crítica é a reação às práticas de condução das condutas exercidas no âmbito das políticas de vida, “uma crítica permanente de nós mesmos em nossa autonomia” (FOUCAULT, 1999, p. 31). Trata-se da arte da “indocilidade refletida” cujo objetivo é promover a reflexão sobre as formas de condução das condutas. Ressaltou-se que Foucault problematizou as formas de condução de si e do outro.

A perspectiva crítica adotada para analisar as propostas de formação baseadas na Educação Positiva consiste na recusa de os indivíduos deixarem-se conduzir de determinada maneira. Desenvolver a atitude crítica é ultrapassar o previamente designado por diretrizes educativas alinhadas à governamentalidade. Diante da perspectiva que transformou os atores escolares em meros indivíduos dóceis, reivindica-se a possibilidade de contracondutas outras, aquelas distanciadas da racionalidade governamental.

REFERÊNCIAS

ANASTASIO, Lara. Foucault: atitude crítica e seu lugar na modernidade. **Revista DoisPontos**: Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 121-133, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/view/48667>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ARAÚJO, Inês. L. de Da “Pedagogização” à Educação: Acerca de Algumas Contribuições de Foucault e Habermas para a Filosofia da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 75–88, set/dez 2002.

BALL, Stephen. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, v. 2, n. 35, p. 37-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BARROS, Igor C. A emergência da população como problema político: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Revista Existência e Arte**, ano 11, nº 11, p. 5-18,

jan./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/26395> . Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL (2017). **Lei nº 13.415, de 17 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso: 13 fev. 2022.

BUTLER, Judith. O que é crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo H. Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia política**, v. 1, n. 22, p. 159-179, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/59447>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CARVALHO, Alexandre Filord. Foucault e a crítica à institucionalização da Educação: implicações para as artes de governo. **Revista Pro-posições**, v. 25, n. 2, p. 103-120, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/h3xVVHY7SzcLyTc34pJyJKF/?format=pdf&lang>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CASTRO, Eduardo; XAVIER, Ingrid. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CESAR, Maria Raquel. (Des) governos: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **Revista Educação e temática digital**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 224-241, jul./dez. 2010.

CINTRA, Clarisse Lourenço. **Educação Positiva**: satisfação com o trabalho, forças de caráter e bem-estar psicológico de professores escolares. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O que é crítica?** (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela L. Borges. Edições texto e grafia, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FURTADO, Rafael. Sobre o conceito de atitude crítica em Michel Foucault. In: **Filosofia Contemporânea**: Deleuze, Guattari e Foucault. ANPOF: 2015, p. 225-229.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, Governamentalidade e Educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLO, Sílvia. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em revista**, Curitiba, v. 1, n. 66, p. 77-99, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/nmFRqJV8P8mRGzbB3j7bHXm/?format=pdf&>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GARCÊS, Soraia; POCINHO, Margarida; JESUS, Saúl. Psicologia Positiva: a ciência do bem-estar na educação. In: **Stress e Educação**. Canção, Madeira, Portugal: Ed. Escola Básica, 2018, p. 57-65.

GONÇALVES, Sara da Conceição. **A Educação Positiva na promoção do bem-estar subjetivo de crianças do 4º ano de Escolaridade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. Portugal, 2013.

GRAZIANO, Lilian. **A felicidade revisitada**: um estudo sobre bem-estar subjetivo na visão da Psicologia Positiva. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KAMEI, Helder Hiroki. **Flow**: o que é isso? Um estudo psicológico sobre experiências ótimas de fluxo na consciência sob a perspectiva da Psicologia Positiva. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MARQUES, Guioseppe S. Reflexões sobre a sociedade contemporânea e a alteridade a partir das contribuições de Byung-Chul Han: uma crítica cultural possível. **Revista Dissol**, Pouso Alegre, v. 7, n° 11, p. 91-105, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistadissol/article/view/545> . Acesso em: 29 dez. 2021.

OLIVEIRA, Avelino; VALEIRÃO, Kelin. Governamentalidade e práxis educacional na contemporaneidade. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 27, n. 54, p. 559-578, jul./dez. 2013.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Sílvia. Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Revista Paideia**, v. 17, n. 36, p. 9-20, jan./jul. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/mPnRBjz6RrFFy9LPwSmFppz/?lang>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PEDRO, Vanda Cristina. **A Educação Positiva como base de um modelo de intervenção psicológica com alunos do ensino básico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. Portugal, 2017.

PERRENOUD, Phillipe. **Dez novas competências e habilidades para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PUREZA, Juliana; KULN, Cláudia; CASTRO, Elisa; LISBOA, Carolina. Psicologia Positiva no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 8, n. 2, p. 109-117, jan./ab. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-56872012000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 fev. 2021.

SANTOS, Lucíola. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/s/ZHrDhGjzhYX6MBbJ68Kjqt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SELIGMAN, Martin. **Felicidade autêntica**: usando a Psicologia Positiva para a realização permanente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SELIGMAN, Martin. Positive Psychology, positive prevention and positive therapy. In: C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.), **Handbook of Positive Psychology**. New York: Oxford University Press, 2002, p. 3-9.

SILVA, Alexandre S. **Michael Foucault**: um itinerário analítico acerca da atitude crítica. São Paulo: Ed. Novas edições acadêmicas, 2016.

VASCONCELOS, Carlos E. O sujeito de desempenho da pós-modernidade. **Revista Controvérsia**, São Leopoldo, v. 15, n.º 1, p. 16-25, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/issue/view/732>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Submetido: 24/04/2022

Aprovado: 03/09/2022